

Aspectos urbanos da luta de classes no Brasil desde Junho de 2013¹

Resumo

O texto trata de um tema que encantou a muitos em Junho e se entrosa com o percurso embaralhado e recente da luta de classes no Brasil: as cidades. Presente rotineiramente nos discursos sobre “direito à cidade” – aliás, disseminados mais amplamente a partir de Junho –, o tema parece, ainda hoje, localizado em uma espécie de ponto cego para a crítica marxista do processo político brasileiro, a qual, muitas vezes, oscila entre a omissão analítica e a adesão aos modismos e superficialidades. Passados dez anos de Junho, e vivida (mais) uma década de aprofundamento das contradições nos grandes centros urbanos e de piora nas condições de vida daqueles que neles trabalham, é preciso ir além. Do ponto de vista da totalidade, é possível considerar que a forma de produção e de propriedade das cidades se constitui em uma chave central para a compreensão da consolidação de uma reestruturação rebaixada do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro nos últimos anos. Essa reestruturação é urbana, na medida em que é produtiva e reprodutiva, simultaneamente. Nesse sentido, o texto defende que a cidade, encarada como condição, meio e produto cristalizado da luta de classes, pode e deve ser *substrato*, e não mero acessório, de uma estratégia revolucionária autêntica do século XXI.

Palavras-chave: Junho de 2013; neoliberalismo; reestruturação imobiliária; classe trabalhadora.

Abstract

The article deals with a theme that enchanted many in June and is intertwined with the confused and recent course of class struggle in Brazil: the cities. Routinely present in discourses on the “right to the city” – more widely disseminated since June – the theme seems, even today, to be located in a kind of blind spot for the Marxist critique of the Brazilian political process, which often oscillates between analytical omission and adherence to fads and superficialities. Ten years after June, and after (another) decade of deepening contradictions in large urban centers and worsening living conditions for the urban working class, it is necessary to go further. From the point of view of totality, it is possible to consider that the form of production and property of cities constitutes a central key to understanding

¹ Carolina Alvim de Oliveira Freitas. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

the consolidation of a degraded restructuring of the pattern of accumulation of Brazilian capitalism in recent years. This restructuring is urban, in the sense that it is productive and reproductive at the same time. In this sense, the article argues that the city, seen as a condition, means and crystallized product of class struggle, can and should be a substratum, and not a mere accessory, of an authentic revolutionary strategy of the 21st century.

Keywords: June 2013; neoliberalism; real estate restructuring; working class.

1. Introdução: urbanização e luta de classes

O presente texto trata de um tema que encantou a muitos em Junho e se entrosa com o percurso embaralhado e recente da luta de classes no Brasil: as cidades. Presente rotineiramente nos discursos sobre “direito à cidade” – aliás, disseminados mais amplamente a partir de Junho –, o tema parece, ainda hoje, localizado em uma espécie de ponto cego para a crítica marxista do nosso processo político, a qual, muitas vezes, oscila entre a omissão analítica e a adesão aos modismos e superficialidades. Passados dez anos de Junho, e vivida (mais) uma década de aprofundamento das contradições nos grandes centros urbanos e de piora nas condições de vida daqueles que neles trabalham, é preciso ir além. Do ponto de vista da totalidade, é possível considerar que a forma de produção e de propriedade das cidades se constitui em uma chave central para a compreensão da consolidação de uma reestruturação rebaixada do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro nos últimos anos. Essa reestruturação é urbana, na medida em que é produtiva e reprodutiva, simultaneamente. A cidade, encarada como condição, meio e produto cristalizado da luta de classes, pode e deve ser *substrato*, e não mero acessório, de uma estratégia revolucionária autêntica do século XXI.

O processo de revoltas em Junho de 2013 certamente exprimiu um nível agudo de contradições afeitas aos grandes centros metropolitanos no Brasil; Junho foi um produto dessas condições urbanas e devolveu desdobramentos particulares para essas próprias condições. Entre as consequências dimensionadas no tempo-espço – com ênfase aqui, nestes dez anos, na metrópole de São Paulo –, este artigo busca refletir sobre a justaposição cada vez mais estreita entre a mercantilização da terra urbana e do trabalho, o reforço mútuo dos atravessamentos entre as lutas contra a destruição dos direitos do trabalho e as reivindicações mais reconhecidamente urbanas (distributivas ou reprodutivas). Embora geralmente enxergadas como demandas de consumo coletivo dirigidas ao Estado, há conflitos urbanos

que antes eram próprios das unidades produtivas e se extravasaram para o âmbito da cidade por meio da reestruturação de cadeias de valor. Graças à instrumentalização do espaço, essa reestruturação acelerou os tempos sociais da produção, da realização, da distribuição e do consumo, de modo que o conflito deixou de apenas se realizar *na* cidade para se tornar específico *da* cidade.

A importância dos setores de produção e consumo do ambiente construído urbano ao redor do mundo foi iluminada na crise financeira em 2008, uma crise propriamente imobiliária, já que principiada nos mercados de securitização hipotecária no Sul e no Sudeste dos Estados Unidos. Manifestada na quebra do Banco Lehmann e efetivamente instalada a partir da insolvência dos títulos das dívidas de hipotecas *subprime* vinculadas à expansão do financiamento habitacional em território norte-americano, o evento de 2008 é produto de uma longa etapa histórica de migração do capital portador de juros para o mercado imobiliário e de terras, da capitalização desses ativos de baixa liquidez, que os transforma em títulos de ampla liquidez e circulação internacionalizada.²

Embora salientado pela crise imobiliário-financeira de 2008, o processo de urbanização do capital caracteriza uma reprodução crítica mais estrutural deste século, arregimentando, de maneira ampliada, a contradição entre o trabalho vivo – os humanos despossuídos de seus meios de vida, incluindo a terra (sendo ela urbana ou rural) – e o capital, que progressivamente concentra a propriedade privada do solo terrestre sob formas cada vez mais fetichistas de rendimentos. A derrota política e econômica imposta ao trabalho vivo pelas políticas neoliberais, que institucionalizaram a reestruturação da produção de mais-valor no mundo, andou junto com essa urbanização crítica do capital, que se revela como uma forma historicamente específica de rebaixamento dos parâmetros da reprodução social.³ Em meio a essa situação, os conflitos de classe parecem também ter sido multiplicados em sua diversidade.

A pluralidade das lutas sociais contemporâneas – os “novos movimentos” (hoje nem tão novos assim) – forma um vasto, mas pouco nítido, campo de contradições que precisam ser perseguidas a partir da captura de seus processos dinâmicos. Supõe-se aqui que se tratam de reações sociais e políticas à subsunção real do trabalho e das formas de produção de vida

² AALBERS, Manuel. Cities and the financial crisis. In: WRIGHT, J. (ed.). *The encyclopedia of social and behavioral sciences*. Oxford: Elsevier, 2015.

³ A esse respeito, vale acompanhar os debates que vêm sendo realizados desde 2018 entre Michael Roberts e David Harvey a respeito da teoria do valor trabalho e a natureza das crises capitalistas. É curioso notar como, nesse debate, o problema da produção de infraestrutura (capital fixo) é descrito, mas não necessariamente serve como mérito argumentativo central tanto na posição de um autor como na de outro. A polêmica entre os autores pode ser encontrada nos blogs dos respectivos: <www.davidharvey.org> e <www.thenextrecession.wordpress.com>.

ao capital promovida pela urbanização mundializada e predatória. Mesmo os conflitos que não se dão por essa mediação das cidades estão indiretamente subordinados a ela, a exemplo das contrarreformas sociais, previdenciárias e trabalhistas do ciclo de austeridade fiscal que seguiu a 2008 ao redor do globo por meio do endividamento dos países, justamente pela imposição da crise de raiz imobiliária.

Nesta nervura do nosso tempo histórico, pouco depois de 2008, veio a emblemática onda de revoltas populares a partir de 2011. Mobilizações de massa passaram a ocorrer na Tunísia, Líbia, Egito, onde houve a exigência da queda de governos ditatoriais; na Grécia, Turquia, Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Estados Unidos, Chile, entre outros, onde os movimentos se chocavam com pacotes de contrarreformas e a situação de crise social em função da política de austeridade que foi legada da crise. Embora tenham sido repetidamente analisados pela sua estética espacial – as praças como espaços tangíveis da participação política democrática ou as redes como os espaços virtuais que convocaram e transmitiram essas lutas –, a crítica da economia política do espaço pode explicar como o conflito que inaugurou a década passada exprimiu com mais força a forma urbana. Foi avassaladora a crise social oriunda do agigantamento do capital imobiliário naqueles mesmos países – a começar pelos próprios Estados Unidos, onde milhões de famílias (sobretudo das comunidades negras) perderam suas casas no tsunami de execução de hipotecas (a ocupação de Wall Street visava justamente a denunciar o capital financeiro também considerando essa experiência de violência e despossessão em larga escala). Do mesmo modo, o furo da bolha imobiliária na Espanha também levou ao nível recorde histórico de execuções hipotecárias, alta nos aluguéis e despejos, processo denunciado pelo forte movimento de indignados que se constituiu em torno do direito às *viviendas* no país, com repercussões até hoje. Nesse contexto, o Brasil se destaca entre os países tomados por lutas relacionadas à produção das cidades e da infraestrutura imobiliária. Em junho de 2013, a revolta de massa que tomou o país foi instalada pelo acirramento dos níveis espoliativos que cerceiam a circulação nas cidades, em função das altas tarifas impostas pelos cartões privados que controlam os fundos públicos municipais e o serviço de transportes coletivos.

2. Junho entre duas décadas

Até 2013, o ciclo petista iniciado em 2003 foi capaz de gerar 20 milhões de empregos com carteira assinada e uma valorização real de mais de 60% do salário mínimo.⁴ Contudo, no mesmo período, como sintoma do paradoxo próprio da conciliação de classes, foram produzidos índices inéditos de crescimento da terceirização, rotatividade, flexibilização e deterioração geral das condições de trabalho, com aumento no número de acidentes laborais, sobretudo entre as parcelas dos trabalhadores mais precários, constituídas por milhões de jovens recém-inseridos no mercado de trabalho assalariado nacional. Conjugada a tudo isso, teve lugar o que se convencionou chamar de “cidadania do consumo”.⁵ Com o declínio, depois de anos do crescimento ininterrupto, e a aparição dos sintomas de que a crise econômica mundial finalmente se avizinhava, o governo federal, em janeiro de 2013, orientou o então prefeito petista de São Paulo, Fernando Haddad, a suspender o reajuste regular da tarifa de ônibus, em nome de controlar a inflação. Contudo, mesmo com a isenção do imposto federal para a manutenção do preço do modal municipal e do modal estadual, ônibus e metrô, no fim do mês de maio, Haddad e Geraldo Alckmin, à época governador tucano do Estado, anunciaram o aumento do preço tarifário de R\$3,00 para R\$3,20.

Em resposta, o Movimento Passe Livre organizou em São Paulo, no início de junho, a convocação de protestos. Em 3 de junho, cerca de cem pessoas bloquearam a Estrada do M’Boi Mirim, no extremo-sul da cidade. No dia 6 de junho, cerca de dois mil manifestantes ocuparam a Avenida Paulista, havendo repressão ao fim do ato, com quinze presos. No dia seguinte, 7 de junho, um ato ocorreu no Largo da Batata e bloqueou a Marginal Pinheiros. No dia 11 de junho, o protesto foi ainda maior, no centro da cidade, com repressão policial em maior escala. A manifestação do dia 13 de junho, no entanto, mudou a configuração da história. Depois de uma semana de exigências da grande imprensa e das promessas de repressão ostensiva por Alckmin, Haddad e a Polícia Militar, a manifestação marcada na Praça Ramos de Azevedo foi alvo de uma intensíssima violência institucional. O centro da cidade foi nublado pela fumaça concentrada e sufocante de um festival interminável de lançamento de gás lacrimogêneo em direção às cerca de 15 mil pessoas reunidas, algumas das quais, incluindo jornalistas, lamentavelmente ficaram cegas nesse dia, por terem seus olhos atingidos por balas de borracha miradas e deliberadas pelos agentes policiais.

⁴ REDE BRASIL ATUAL. De 2003 a 2013, o país criou 20 milhões de empregos formais. *Rede Brasil Atual*, 18 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/de-2003-a-2013-pais-criou-20-milhoes-de-empregos-formais-3429/>>.

⁵ BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

O esforço coordenado pelo Estado e o capital em transformar os protestos por uma causa justa e amplamente compartilhada pelos moradores e trabalhadores comuns da metrópole em ações perigosas e violentas de vândalos saiu pela culatra, como se sabe. O ato posterior ao dia 13, realizado em 17 de junho, concentrou quase 100 mil manifestantes no Largo da Batata. A manifestação, dividindo-se entre as direções da Marginal Pinheiros e da Avenida Paulista, tornou-se impositiva e incontrolável pelas forças de segurança. A cidade efetivamente parou, como numa greve geral. Fogo, cartazes, estilhaços de vitrines, bandeiras negras e vermelhas, todas essas imagens eram refletidas nas fachadas de vidro dos grandes condomínios comerciais de luxo do quadrante sudoeste da cidade no corredor por onde a multidão popular passava, trazendo à cena uma crise ocultada pelo espelhamento perverso da arquitetura que não permite à cidade enxergar os interiores das esquinas da riqueza.

Nesses anos, a segregação espacial foi ofertada como “coisa em si”, como o próprio negócio aos proprietários, investidores e construtoras, de um lado, e, de outro, mediada pelo empreendedorismo urbano capitaneado por “técnicos progressistas”, como Fernando Haddad, que levou adiante projetos como as Operações Urbanas, parcerias público-privadas, e corroborou para os projetos federais que marginalizaram ainda mais as famílias pobres, conduzidas para as periferias por meio de políticas habitacionais segregacionistas, como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Isso tudo se somou à (por que não dizer?) tradicional pauta do transporte público, expressa em revoltas urbanas no Brasil desde o início do século XX. O setor de transporte, tradicionalmente monopolista, arroga-se a autonomia de medir a proporção entre lucratividade e custo da prestação do serviço de modo a onerar em termos ainda mais espoliativos o tempo e a qualidade da vida cotidiana de trabalhadores que pendulam entre os bairros periféricos da metrópole e as centralidades da riqueza e do trabalho.

Se voltarmos uma casa decenal para trás, vamos encontrar a primeira grande mobilização jovem, independente e radical nos primórdios do primeiro governo Lula. Em 2003, em Salvador, a *Revolta do Buzu*, como ficou conhecida, foi o berço cumulativo do Movimento Passe Livre, que fundou sua ação dois anos depois, a partir do Fórum Social Mundial de 2005. A ampliação da regulação do trabalho e o arranjo do vale-transporte oriundo do modelo celetista não foram suficientes para aplainar as contradições de cidades “acatracadas” e muradas para a liberdade e segurança dos fluxos das rendas imobiliárias. A longa e arrastada crise no modelo de transporte público no país, que recebeu parcas e equivocadas respostas do governo federal, como a Lei Nacional de Mobilidade Urbana em

2012, deu cara às suas ranhuras em Junho, num arroubo histórico e imprevisto, exatos dez anos depois da revolta em Salvador.

Estudantes impedidos financeiramente de circular pela cidade em momentos alheios ao cronômetro do trabalho, da escola ou da universidade, e muito mais identificados com as bandeiras feministas, antirracistas e LGBTs que a geração de dez anos antes, surgem, pela primeira vez, concentrados – ainda que difusos. Ali, ainda não existiam as personalidades formatadas por algoritmos e nichos de redes, incluindo particularmente aquelas que mobilizam identidades narcísicas como tão corriqueiramente depara-se hoje; ali, na mão contrária, o que havia era uma entoação do anonimato como signo político subjetivo coletivo. Mesmo a representação majoritária na esquerda cumprida historicamente pelo Partido dos Trabalhadores – àquele momento, alvo das manifestações – não exerceu um papel dominante entre as direções dos movimentos presentes nas ruas. Arejados e desprendidos das formas mais simbolicamente tradicionais da esquerda (partidos, sindicatos, carros de som, atos com colunas e comandos de ordem etc.), os manifestantes estreates (cuja maioria era composta por estudantes trabalhadores e moradores das periferias) tinham poucas referências políticas nessas tradições, mas estavam nas ruas erguendo uma luta cara e histórica à esquerda clássica da transição democrática: o custo de vida⁶.

Em seguida, viu-se enfrentamentos contra remoções violentas de comunidades populares para a produção de infraestrutura da Copa do Mundo em 2014, outro processo de expropriação dos fundos públicos em favor do grande capital privado das empreiteiras, incorporadoras e fundos de investimento imobiliário. Ainda sob o mesmo contexto, vale lembrar a onda de greves “selvagens” de trabalhadores nos canteiros das grandes obras, sobretudo no norte do país, que também marcou os conflitos imediatos entre capital e trabalho nesse período e que envolve justamente a produção do espaço (ou o papel da formação de capital fixo – infraestruturas – na economia nacional), com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as mudanças do sistema financeiro de habitação e do sistema financeiro imobiliário. Vale lembrar, como digressão à parte, que, um ano depois da primeira reeleição petista, em 2008, o governo Lula lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio do Ministério das Cidades. O número crescente de ocupações urbanas de moradia havia pressionado nacionalmente o governo federal a assumir o compromisso de incluir famílias acampadas sem-teto no novo programa e a criar políticas efetivas de reforma urbana. Sobre esse ponto, é preciso dizer que é nítido o fracasso da reforma urbana como

⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

horizonte presente entre as políticas do governo federal petista – algo que Junho de 2013 demonstraria adiante. A opção pelo crescimento intensivo do setor empresarial da construção civil e a decorrente incorporação concentrada nas metrópoles, num sistema absolutamente inédito de financeirização da produção e do consumo de imóveis no país, tornou ainda mais decadentes as condições de vida nas grandes cidades para a classe trabalhadora.

O MCMV, longe de ser uma exceção à realidade urbana desigual, operou como sua alavanca. Um programa desenhado e construído pelas grandes empreiteiras em conjunto com a direção da Caixa Econômica Federal definiu como seria, ao longo da década de sua implementação, a fonte unívoca das políticas habitacionais para a população de baixa e média renda. O MCMV contratou 4,2 milhões de unidades habitacionais até o início de 2016, das quais 2,7 milhões foram entregues efetivamente. Contabiliza-se que, ao longo de sua implementação, o programa tenha investido R\$ 300 bilhões. São números que o fazem, na proporção do tempo, ser o maior programa habitacional da história do Estado brasileiro. Apesar de ser usado como argumento para a relativa queda do déficit habitacional no Brasil pelos primeiros governos Lula e Dilma, o MCMV não respondeu, em primeiro lugar, pela suplência da demanda de moradia dos setores mais pauperizados da sociedade. Pelo contrário, em grande medida foi estimulado como linha de crédito popular para o financiamento de casas e apartamentos para famílias de renda média (faixa 2 e faixa 3). Nesse mesmo período, as mesmas construtoras de origem familiar que, desde o início do século XX, se articulam ao Estado para obras públicas passaram a abrir capital na bolsa de valores. Essas empresas, como sabemos, seriam, pouco tempo depois, levadas à bancarrota pela Operação Lava Jato na reviravolta reacionária vivida no país.⁷

O MCMV foi utilizado como o grande laboratório da política neoliberal de transferência de administração quase integral para o setor privado de uma política pública de moradia em larga escala, tudo sob a égide dos recursos públicos vindos do fundo de garantia. Para os grandes grupos empresariais que protagonizaram esse programa, os riscos de adentrar no mercado da habitação popular foram quase zerados, com direito de retomada dos imóveis nos casos de inadimplência. De todos os efeitos nefastos da política urbana neoliberal implementada nestes anos, seja por conta do MCMV, seja em razão da ampliação do crédito imobiliário, a onda inédita de valorização do solo urbano a nível nacional foi (é) a mais catastrófica, crescendo sempre muito acima, em todas as grandes cidades, dos índices de

⁷ CAMPOS, Pedro Henrique. Os efeitos da crise econômica e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 24, n. 1, p. 127-153, 2019.

inflação ao longo dos anos. As metrópoles brasileiras se tornaram mais injustas, mais fragmentadas e muito piores para viver.⁸ As estatísticas habitacionais indicando o aumento do número de “tetos construídos” não conseguiram maquiagem os verdadeiros índices do cenário urbano no Brasil: a piora sensível da qualidade da vida urbana provocada pela mercantilização do espaço e dos serviços em geral, arraigados nessa nova supremacia do capital financeiro. A medida política compensatória viria com a edição do MCMV Entidades, uma ínfima parcela do programa que, a partir de 2009, foi implementada e dirigida aos movimentos sociais de moradia.⁹

Ampliando-se as ocupações urbanas ao longo dos anos que correm nesta segunda década (ocupação Novo Pinheirinho, Nova Palestina etc.), os movimentos populares por moradia sofrem intensamente das consequências das políticas urbanas neoliberais do ciclo petista. No início de 2012, já no governo Dilma, lideranças e ocupantes sem-teto são criminalizados pela inescrupulosa violência do governo do estado de São Paulo no episódio da reintegração de posse da ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos. No ano seguinte, ao longo do mês de protestos em Junho, o MTST, junto ao Movimento Passe Livre, se cacifa como polo dinâmico e dirigente das mobilizações de massa. Não apenas, mas especialmente em São Paulo, o movimento assume a frente da convocação dos atos de rua e ações diretas. Organiza a base das ocupações, quando se estima que ao menos 50 mil pessoas participam com camisetas e bandeiras vermelhas do movimento rumo ao Palácio dos Bandeirantes. A partir do mês seguinte a Junho, é ainda mais impressionante o número de ocupações de terrenos nas periferias que começam a se espalhar:

Paraisópolis, Grajaú, Parque Ipê, Jardim Ingá, Parque do Gato, Jardim Ângela, Jardim Pantanal, Sacomã, entre outros. Somente na ocupação Vila Nova Palestina, no Jardim Ângela, são mais de 8 mil famílias. De onde veio essa massa de milhares de trabalhadores sem-teto? Por que é que de repente passaram a ocupar espaços ociosos da cidade? A resposta está no barril de pólvora que há anos vem crescendo nas grandes metrópoles brasileiras. Está a cada dia mais caro morar nas grandes cidades, inclusive em suas regiões periféricas. Os índices de valorização imobiliária dos últimos anos são assombrosos.¹⁰

⁸ Entre os estudos que corroboram esse balanço, vale conferir: CARVALHO, Caio Santo Amore de; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. *Minha Casa... e a Cidade?: avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

⁹ Sob essa modalidade, o recurso para a construção das habitações passou a ser gerido pelas entidades representativas dos movimentos populares, que possuem autonomia para contratar construtoras ou promoverem mutirões de construção, aumentando a qualidade das obras (infraestrutura e localização dos terrenos) com um custo mais baixo em comparação às unidades produzidas pela modalidade administrada diretamente pelas construtoras. Mesmo apresentando resultados superiores, a modalidade Entidades tem um ritmo muito mais lento de negociação, contratação e construção, havendo relativamente poucas experiências de entrega de unidades até seu segundo ciclo, em 2015.

¹⁰ BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2014, p. 75.

Na continuidade de Junho, em 2014, ano da Copa do Mundo, novas ocupações de moradia e processos de resistência a remoções ocorrem. Com a bandeira “Copa sem povo, tô na rua de novo”, o MTST ocupa um terreno em Itaquera, ao lado do estádio onde seria realizada a cerimônia inaugural do megaevento. A Ocupação Copa do Povo se originou da compreensão de que os megaeventos só acelerariam o processo de expulsão dos pobres das grandes cidades. Em Itaquera, os aluguéis subiram cerca de 300% nos seis primeiros meses de 2014. Durante semanas e semanas antes da Copa começar, o movimento pôs em marcha mais de 30 mil pessoas nas ruas, pressionando pela negociação com a Presidência da República. Naquele ano, também estava sendo formalizado o Novo Plano Diretor de São Paulo, com as diretrizes de zoneamento e demarcação de área de interesse social para construção de habitação popular na cidade. Além do compromisso arrancado de Dilma de que o terreno da Ocupação Copa do Povo teria como destino a construção de um conjunto habitacional popular para as famílias, o MTST também conseguiu algumas conquistas e alterações no Plano Diretor, depois de mobilizações intensas em frente à prefeitura no período. Ainda, no mesmo ano, Lula faz questão de entregar ao movimento as chaves das primeiras unidades da história do MCMV-Entidades em Taboão da Serra, conquista das ocupações Chico Mendes e João Cândido, de 2005 e 2007, respectivamente.

Já na segunda eleição de Dilma, considerando, por um lado, o estelionato eleitoral – por ter dissolvido, em alguns dias, as promessas de campanha que haviam permitido ao PT angariar apoio popular, em especial no segundo turno – efetivado pela implementação de uma agenda econômica comprometida com os interesses do capital financeiro e, por outro, o fortalecimento da organização da direita brasileira, com atos de conteúdo reacionário e patrocínio de forças midiáticas hegemônicas, o MTST capitaneia o lançamento da Frente Povo Sem Medo (FPSM). A Frente conformava um campo amplo – desde a Central Única dos Trabalhadores (CUT) à Intersindical, desde o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a setores à esquerda do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – com o objetivo de consolidar uma unidade mais sólida nas ruas e nas lutas contra os planos de austeridade e o avanço conservador. Antecipando-se ao desfecho golpista no segundo semestre do ano seguinte, o MTST, junto à FPSM, articulam todas as mobilizações de rua contra o ajuste fiscal e o impeachment. Além da pauta mais específica do movimento, contra a paralisação das obras do MCMV (que gera a ocupação da Secretaria da Presidência da República na mesma semana em que Temer assume efetivamente), o MTST realiza, por meio da FPSM, atos em todo o Brasil no dia 4 de setembro de 2016, quando é consolidado o golpe parlamentar,

ganhando notoriedade não apenas por se tornar o maior movimento nacional de sem-tetos no país, mas também a principal força política contra o impeachment.

A continuidade, em 2017, da luta contra o golpe se revela nas mobilizações que se opõem às contrarreformas trabalhista e da previdência. No embate contra o avanço do conservadorismo político e econômico, a Frente Povo Sem Medo lança, nesse ano, em São Paulo, os Bairros Sem Medo, uma tática local de enraizamento da Frente nos territórios periféricos para articular lutas regionais e enfrentar com mais força o governo municipal de João Dória e seus planos de privatização da cidade. Em seguida, eclode em São Bernardo do Campo a ocupação Povo Sem Medo.

Com cerca de 12 mil famílias (quase 34 mil pessoas), foi considerada a maior ocupação territorial urbana do país. À época, uma pesquisa realizada em articulação entre Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) e CUT¹¹ indicava números sobre a ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo que davam características amostrais importantes sobre a base social do movimento de moradia, desfazendo mitos e preconceitos. Para se ter ideia, a base da ocupação era formada majoritariamente por mulheres (54%), negras e negros (61%), jovens (26% de jovens até 14 anos e 15% de jovens de 15 a 24 anos) e nordestinos (34% nasceram na região, fora aqueles que são filhos de migrantes). Muitos, até os 14 anos, frequentavam a escola, e apenas 24% dos ocupantes entre 18 e 24 anos estudavam. Quase metade das famílias tinham como referência uma mulher (47,7%), corresponsáveis em 61,5% delas.

Grande parte morava em imóveis alugados (69,3%); outras parcelas moravam em casas cedidas (21,5%), e muitas famílias moravam em favelas, em outras ocupações e algumas fizeram financiamento para adquirir casa própria, não tendo conseguido pagar as prestações. O perfil de trabalho levantado na ocupação corrobora para o argumento deste texto sobre a conjugação entre mercantilização do trabalho e da terra: 73,1% eram economicamente ativos, contra 62,1% da taxa de participação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o que desvenda o mito de que os sem-teto são vagabundos e não trabalham. A taxa de assalariamento era de 60,4%, enquanto a de SP era de 68%, o que significa que mais pessoas na ocupação trabalhavam com bicos, trabalhos domésticos ou como autônomas. Os trabalhadores formais com carteira assinada eram 61% da população

¹¹ MARCOLINO, Adriana; PERPETUO, Leandra; HORIE, Leandro. Teto e trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da ocupação povo sem medo em SBC. Nota n°.14 de 2017. Fundação Friedrich Ebert, 2017. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Housing/InformalSettlements/IntersindicalDepartmentStatisticsBrasil.pdf>>.

economicamente ativa da ocupação, enquanto na RMSP esse número chega a 88%, o que reforça que os trabalhos informais e precários se dão em maior quantidade entre os sem-teto. A taxa de cobertura previdenciária era de 65%, enquanto a da RMSP era de 73%. Os principais setores que empregam esses trabalhadores sem-teto eram os de serviços 50% (contra 59,95% na RMSP) e o segundo é o industrial (23,8%, enquanto são 15% na RMSP), desconstruindo o mito de que a classe operária fabril (considerando que a região do ABC é um polo industrial) representa sempre os trabalhadores mais bem assalariados e com melhores condições de vida. Das ocupações assinaladas nos questionários, as mais frequentes eram, nesta ordem, as de: diarista, empregada doméstica, ajudante geral, auxiliar de limpeza, garçom, motorista, auxiliar administrativo, operador de máquinas, operador de telemarketing, pedreiro, porteiro, vendedor ambulante, cozinheiro e vigilante. Perguntados sobre a razão de estarem na ocupação, a grande maioria afirmou que a razão era o preço dos aluguéis (59,4%), porque moravam de favor (22%) ou porque foram despejadas. Trinta por cento das famílias recebiam bolsa-família, 25% tentaram, sem sucesso, se inscrever em programas habitacionais, e 68% nunca conseguiram acessar essas políticas, nem se inscrever.¹²

Desse modo, embora tenha havido, sob o petismo no poder, uma ascensão social viabilizada pela formalização de uma massa robusta de trabalhadores, que passam a integrar o mercado consumidor por meio da circulação ampliada de crédito, a “satisfação material” não se processou, e Junho apontou para lapsos e desvios incontornáveis para a consagração do sonho de um país de “novas classes médias”. Nada mais alegórico dessa promessa frustrada com as catracas visíveis e invisíveis da vida urbana que os conflitos envolvendo jovens periféricos organizadores de “rolêzinhos” e as forças de segurança privada em shoppings-centers, em São Paulo, ainda no final do ano de 2013, no rescaldo de Junho. Enquanto os shoppings espalhados pela cidade se tornaram patrimônio de grandes fundos de pensão e fundos de investimento imobiliário internacionais, dinamizando, assim, a mercantilização da terra e do trabalho, já nesse mesmo momento passam a ocorrer com mais ênfase as resistências de favelas e ocupações de moradia contra as remoções generalizadas que passaram a ser operadas com grande violência nos centros urbanos. Em São Paulo, destaco o caso da Vila da Paz, praticamente contígua ao Estádio do Itaquerao, que recepcionou a estreia da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e cuja construção contratada à Odebrecht foi finalizada já no ensejo da Operação Lava Jato contra grandes empreiteiras

¹² A análise desse perfil dos trabalhadores sem-teto em ocupações pode ser encontrada em: FREITAS, Carolina. 20 anos do MTST: um formigueiro contra o neoliberalismo. *Esquerda Online*, 10 dez. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/12/10/20-anos-do-mtst-um-formigueiro-contra-o-neoliberalismo/#_ftn4>.

nacionais mencionada anteriormente. Enquanto isso, a luta dos movimentos de moradia e associações de moradores em comunidades faveladas e periféricas também vivia um importante e invisibilizado cume histórico.

Nessa toada, as mobilizações da mesma juventude que se revoltou em Junho e trabalhava em seus bairros periféricos em coletivos culturais de saraus, teatro, dança e música popular, grafite, hip hop, entre outras expressões, angariaram uma enorme força de articulação política pela base, levando à Câmara de Vereadores, em 2015, o Projeto Popular da Lei da Fomento à Cultura das Periferias, de modo a distribuir geograficamente o orçamento da política cultural na cidade.¹³ Em seguida, uma mobilização secundarista, como rastilho, se espalhou pelas periferias de São Paulo com a ocupação das escolas públicas em protesto ao fechamento anunciado pelo governador Geraldo Alckmin de 93 escolas em todo o Estado, que o governo divulgava à época eufemisticamente como “reorganização escolar”.¹⁴ Dos shoppings às escolas, das casas de cultura às favelas e ocupações sob ameaça de remoção, a cidade como “máquina de crescimento” se impunha como uma perenidade da despossessão urbana, imobiliária e financeira em São Paulo, mas também em Recife, no Rio de Janeiro, em Fortaleza, em Belo Horizonte, em Salvador, em Porto Alegre, entre outras capitais ao redor do país.

É interessante notar que a mesma base social dos protestos em Junho – jovens trabalhadores que viviam a precariedade econômica em seus locais de estudo, trabalho e moradia nos grandes centros urbanos – é aquela que vai representar a fatia mais grossa da ascensão no número de greves econômicas no mesmo período. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese (SAG-Dieese),¹⁵ apenas em 2013, houve mais de duas mil greves no país, revertendo a decadência numérica do movimento paredista desde os anos 1990. As categorias econômicas que protagonizaram esse crescimento vertiginoso no movimento dos locais de trabalho encontram, na outra ponta, os levantes contra as catracas urbanas: bancários defrontados pela digitalização e automação há décadas, servidores públicos municipais responsáveis pelos serviços sociais e terceirizados dos convênios que se proliferaram como modelo de prestação desses mesmos serviços em São Paulo, professores, trabalhadores da construção civil, rodoviários, caminhoneiros, operadores de telemarketing, garis, todas atividades de grupos pouco qualificados e precarizados, vinculadas às

¹³ RAIMUNDO, Sílvia Lopes. *Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada*. Tese. Doutorado em Geografia – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

¹⁴ CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

¹⁵ DIEESE. Balanço das greves em 2013. *Estudos e Pesquisas*, n. 79, dez. 2015.

contradições produtivas e distributivas próprias da cidade. Os serviços urbanos reúnem, assim, objetiva e espontaneamente, a classe trabalhadora representada entre seus operadores (ou operários?) em exercício e seus usuários.

O descontrole espiralado da crise de apoio popular ao governo do PT em seguida a Junho, aproveitado, propagado e promovido financeiramente por grandes grupos empresariais da comunicação, associações de industriais, elites financistas e novas plataformas de extrema-direita patrocinadas por institutos internacionais, redundou no movimento de massa das ruas, do Parlamento e do Judiciário para a efetivação do impeachment de Dilma Rousseff. A eleição estelionatária do PT em 2014, conformada para os interesses da acumulação baseada na rentabilidade financeira do capital, foi bloqueada por meio de um novo equinócio autocrático, com a exaltação da “Ponte para o Futuro” como programa burguês nacional primordial, pelo qual o biônico Temer foi perdoado diante do pecado venial de ter se tornado o presidente mais impopular desde a redemocratização.

Como comentado acima, nesse contexto da destituição do governo petista e a delegação a Temer para engrenar o programa das contrarreformas estruturais, e cem anos depois de 1917, o Brasil viveu uma greve geral. O episódio de 28 de abril de 2017 foi uma espécie de suspiro da luta de classes após a saída reacionária que o país viveu depois de Junho. Milhares de ativistas de esquerda, dia e noite, em mais de 150 cidades, se mobilizaram contra a mudança nas leis trabalhistas. Dizem (não há registros sistematizados) que 40 milhões de trabalhadores brasileiros cruzaram os braços nessa ocasião. Um mês depois, no dia 24 de maio, ocorreu o que se chamou “Ocupa Brasília”, a maior manifestação popular da história da capital, com centenas de milhares de militantes populares, sindicais e jovens, vindos do país inteiro. Incumbimo-nos de uma batalha campal contra a Polícia Militar, a Tropa de Choque, as Polícias Federais e o Exército na Esplanada. A consciência histórica dos movimentos sociais suscitava a ideia de que não havia mais nada a perder com a destruição dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais no país. O Ocupa Brasília foi marcado por uma repressão brutal, mas também por uma resistência popular organizada à violência estatal como poucas ou nenhuma vez se viu desde Junho de 2013. Ao longo desses cinco anos, perdeu-se mais do que se imaginou e, à vista da tentativa de golpe de Estado pela extrema-direita e por parcelas da elite militar nacional em 8 de janeiro de 2023, já não se lida politicamente apenas com bombas oficiais.

3. A luta de classes na cidade além de Junho

Mesmo com toda a repercussão sobre as “questões urbanas” depois de Junho, a marcha do crescimento das grandes metrópoles prosseguiu por meio do urbanismo de mercado e seus planos. Subsumidos por esse espaço fragmentado para ser vendido em pedaços por preços monopolistas, contabilizados por métricas financeiras inovadoras, muitos desses trabalhadores precarizados dos anos 2000 tornaram-se ainda mais precários. A vertiginosa massificação da formalização do emprego de antes declinou, e a cidade reforçou o lugar dos serviços informais, degredados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pós-reforma trabalhista. Motoboys, motoristas, entregadores de aplicativos e caminhoneiros robusteceram seu papel na circulação *just in time* no espaço material da cidade, assim como técnicos e operadores associados às fibras óticas, que se espalharam nesse espaço para o controle crescentemente informacionalizado do trabalho. Trabalhadores que precisam estar no “lugar certo, na hora certa”, sem qualquer mediação “cidadã” das décadas anteriores, como sindicatos, institutos, organizações não governamentais, movimentos sociais etc.

Assim, não é apenas na oposição “às formas secundárias de exploração que ocorrem no local de vida” que pode ser pensada a contradição de classe que a produção e a apropriação da terra urbana envolvem. O antagonismo entre capital e trabalho no nível imediato da produção e reprodução do espaço tem crucial importância na análise das sociedades de capitalismo dependente, como a brasileira. A forma não capitalizada (doméstica) de produção imediata da moradia foi objeto destacado da crítica à urbanização, por exemplo, como explicação do padrão de rebaixamento salarial, da superexploração sistêmica do trabalho industrial e do padrão periférico de produção da metrópole de São Paulo, como na *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira.¹⁶ O esquema explicativo da “urbanização de baixos salários”, sob a vista da produção do espaço urbano como capital fixo no atual estágio de acumulação, produto e produtor dos complexos circuitos urbanos por meio dos quais foi sendo assentada a reestruturação geral da produção, permite uma volta ressignificada dessa oposição entre capital e trabalho em torno do ambiente construído.

No campo da luta de classes, além das demandas e reivindicações de movimentos sociais organizados em torno dos meios de consumo, como a moradia, vale considerar o antagonismo imediato da produção. Esta é a análise que se pode fazer sobre a oposição dos agentes capitalistas dos negócios imobiliários ao trabalho em processos reais de greves em canteiros de obras no Brasil ao longo do *boom* da construção nos anos 2010, ou nas greves “selvagens” dos garis do Rio de Janeiro, categoria racializada e altamente explorada que atua

¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

na manutenção do espaço urbano, por exemplo. Ainda, é possível considerar também as lutas que envolvem choques com capitais privados tecnológicos, com a formação recente de organizações de entregadores de aplicativos nas metrópoles, trabalhadores subordinados à infraestrutura da rede de fibra ótica e também ao mecanismo de renda extraída por empresas no exercício do monopólio do “espaço virtual”, que agenciam a circulação de mercadorias no espaço metropolitano.

Durante a pandemia em São Paulo, as ocupações em que houve mais mortes registradas por covid-19 foram as de pedreiro, domésticas e motoristas de aplicativo, segundo dados do Instituto Pólis publicados em junho de 2021.¹⁷ No mesmo ano, os garis da cidade entraram em greve e paralisaram a coleta de lixo, exigindo vacinação para a categoria, na qual o índice de óbitos chegara a ser seis vezes maior que a média geral de ocupações.¹⁸ Os dados oficiais não resumem essa história, mas vamos a eles: pedreiros, domésticas, motoristas de Uber e garis são ocupações que, em comum, têm média de piso salarial de um salário mínimo, jornadas acima de 40 horas, e altos níveis de insalubridade.¹⁹ São serviços majoritariamente desempenhados por pessoas negras;²⁰ estão entre as ocupações que mais empregam no Brasil e também são as mais mal remuneradas. Um trabalhador da limpeza urbana corre até 30 km por jornada.²¹ Um motorista de aplicativo trabalha até 15 horas por dia.²² Apenas 28% das trabalhadoras domésticas têm carteira assinada. Pedreiros são os trabalhadores que mais morrem por acidente de trabalho. Sobretudo em canteiros e apartamentos, há denúncias ininterruptas, ano após ano, de exploração de trabalho escravo em grandes cidades.

¹⁷ FREITAS, Clayton. Motoristas, domésticas e pedreiros estão entre os que mais morrem de covid-19 em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, 1 jun. 2021. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/06/motoristas-domesticas-e-pedreiros-estao-entre-os-que-mais-morrem-de-covid-19-em-sp.shtm>>.

¹⁸ HEINEN, Máira. Covid-19: mortes entre trabalhadores da limpeza urbana é 6 vezes maior no Brasil. *Brasil de Fato*, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/12/covid-19-mortes-entre-trabalhadores-da-limpeza-urbana-e-6-vezes-maior-no-brasil>>.

¹⁹ Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Ministério do Trabalho e Emprego) disponíveis em: <<https://www.salario.com.br/profissao/empregado-domestico-nos-servicos-gerais-cbo-512105/>>; <<https://www.salario.com.br/profissao/pedreiro-cbo-715210/sao-paulo-sp/>>; <<https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/diario-de-bordo-de-uma-motorista-de-uber-e-99/>>.

²⁰ WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. *BBC NEWS*, 18 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>>.

²¹ TEIXEIRA, Lucas Borges. Expostos na rua desde 2020 e não merecemos vacina? Questionam os garis. *UOL*, 9 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>>.

²² GUIA DO TRC. Motoristas de aplicativos dirigem até 15 horas por dia; entenda o que é a “uberização” do trabalho. 6 jun. 2019. Disponível em: <<http://www.guiadotrc.com.br/noticias/noticialD.asp?id=35561>>.

O grave erro histórico do economicismo, enquanto corrente teórico-política, reside em menosprezar a funcionalidade econômica dos serviços precarizados pelo fato de serem categorias tradicionalmente vinculadas ao trabalho improdutivo (que não produz mais-valor, no sentido da crítica da economia política). No entanto esse trabalho coletivo, longe de pertencer ao lugar de arcaísmo econômico que lhe imputaram os esquemas de etapas econômicas, é a base fundante, no capitalismo dependente brasileiro, para o nosso particular desenvolvimento urbano-industrial e as suas necessidades históricas gerais – desiguais e combinadas – de produção. O jugo da herança escravocrata, das relações não capitalistas que garantiram a acumulação capitalista nestas terras, produziu, da urbanização da década de 1970 até hoje, um setor terciário “inchado”, “não capitalizado”, infraestrutural das relações de superexploração do trabalho que nos são historicamente características, como nos mostra o já citado Chico de Oliveira. É nesse setor terciário – diga-se de passagem, cada vez mais capitalizado – que a superexploração de trabalhadores e trabalhadoras se realiza nos canteiros, apartamentos e ruas de grandes e médios centros urbanos. Há, no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho, cerca de 6,3 milhões de trabalhadores domésticos, 6,7 milhões de trabalhadores da construção civil, 2 milhões de motoristas e 730 mil entregadores.

A respeito do “Breque dos Apps” em 2020, primeira grande mobilização nacionalizada dessa categoria emergente e crescentemente expandida na pandemia, o Coletivo Neblina, responsável por fomentar a organização da paralisação, reflete em livro recente e fundamental sobre o tema:

Tão intensos quanto descontínuos, sem jamais assumir formas estáveis, os conflitos que se proliferam de um extremo ao outro do globo podem ser descritos como “não-movimentos sociais”. Trazida à tona nos debates de certos círculos militantes, a expressão vem a calhar num contexto de “luta de classes sem organização de classe”, cada vez mais atomizada, cuja propagação passa menos por estruturas centralizadas do que por ações que se replicam de maneira dispersa. Não-movimentos se expandem através de gestos que podem ser “copiados e imitados, acumulando instâncias de repetição” e se ramificando como memes na internet – só que nas ruas, numa dinâmica que retroalimenta as redes. É o caso do Breque dos Apps, que não era uma organização nem uma campanha planejada, mas um gesto replicável difundido por meio de vídeos que seguiam o mesmo roteiro. E também das paralisações no setor de telemarketing logo após a chegada do novo coronavírus por aqui; dos bloqueios de dezenas de rotatórias por pedestres vestidos com coletes refletivos na França; dos “catraços” estudantis e da “primera línea” nos protestos chilenos... Através da multiplicação desses atos descentralizados, os conflitos adquirem escala sem adquirir uma forma estável (quando a forma se fixa, o meme perde força e corre o risco de se converter em marca, em imagem vazia de conteúdo, numa estetização da revolta).²³

²³ NEBLINA. *Incêndio: trabalho e revolta no fim de linha brasileiro*. São Paulo: Contrabando, 2022, p. 90.

A função de operar e garantir o espaço urbano é, de imediato, superlucrativa aos capitais que empregam o enorme contingente de trabalhadores nesses setores (num processo de capitalização cada vez maior pela renda tecnológica, por exemplo, no caso dos aplicativos) e parte da reprodução diferencial das classes proprietárias que consomem sua renda com os serviços domésticos. Contudo, além disso, esses serviços ainda funcionam, do ponto de vista macroeconômico, de um lado, como *condições gerais de produção* e, de outro, como *meio de consumo socializado* para a reprodução da força de trabalho. A pandemia pareceu descortinar a “vida invisível da reprodução social”,²⁴ mas certamente não foi ela que fez surgir a contradição dialética entre, de um lado, a essencialidade do trabalho daqueles e daquelas responsáveis em criar e manter o meio ambiente urbano e, do outro, a descartabilidade conferida pelo capital a estes mesmos trabalhadores e trabalhadoras, em maioria negros, que dispõem produtivamente as energias de seu “cérebro, músculos, nervos, mãos” para a criação, operação e preservação desses valores de uso sociais. No capitalismo brasileiro, a “neurose racial”,²⁵ constitutiva da “religião cotidiana” que, por feitiço, faz desaparecer a origem do valor social, condena a que se mate, criteriosamente, antes de todo o resto, quem responde – primeiro e defronte – às atividades primordiais da continuidade da existência humana coletiva nos meios urbanos. A vida exprime sua negatividade enquanto o essencial segue sendo o próprio descarte.²⁶

A constatação da proliferação de modalidades de exploração pelas plataformas digitais nos anos mais recentes se situa na contracorrente de uma convenção em meios intelectuais sobre o fim do trabalho e o desuso da teoria do valor. A produção das grandes concentrações urbanas passou a demandar um significativo contingente de força de trabalho no emprego da sua construção imediata e também de uma infraestrutura humana que reveste essa infraestrutura imobiliária. Isso se combina crescentemente com a dominação da chamada “indústria 4.0” sobre os serviços urbanos, como bancos, comércio, turismo, lazer, transporte, agora ditados pelos sistemas digitais. Cresce a contradição entre trabalho vivo e a sua subsunção real à cidade capitalista ultraneoliberal, que aparece agora como um imenso trabalho morto característico do modo de produção informacional-digital. Embora essa reestruturação nos processos produtivos industriais e de serviços ocorra há cerca de cinquenta

²⁴ FREITAS, Carolina. O vírus e a vida invisível da reprodução social. *Esquerda Online*, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/03/20/o-virus-e-a-vida-invisivel-da-reproducao-social/>>.

²⁵ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.

²⁶ FREITAS, Carolina. Essenciais mas descartáveis? Vida e morte dos trabalhadores dos serviços urbanos. *Esquerda Online*, 9 jun. 2021. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2021/06/09/essenciais-mas-descartaveis-vida-e-morte-dos-trabalhadores-dos-ser-vicos-urbanos/>>.

anos, com as experiências de informatização do setor bancário nos Estados Unidos, o trabalho plataformizado ou “uberizado”, como denomina Ricardo Antunes,²⁷ Ludmilla Abílio,²⁸ Rafael Grohmann,²⁹ entre outros, esgarça as modalidades de informalidade e precarização, por um lado, e, por outro, faz concentrar ainda mais poder político e econômico nas mãos dos proprietários das tecnologias informacionais, como Google, Facebook, LinkedIn, TikTok, Uber, 99, Rappi, Loggi, IFood, Amazon etc. A forma do emprego é substituída, assim, pela “prestação de serviços”. Como afirma Antunes,

estamos ingressando em uma nova fase de desantropomorfização do trabalho, agora caracterizada pela intensificação da subsunção real do trabalho à nova máquina-ferramenta-informacional, processualidade que é, objetiva e subjetivamente, ainda mais complexa quando comparada àquela vivenciada pela introdução da maquinaria durante a primeira fase da Revolução Industrial.³⁰

Os processos de luta urbana que seguiram nesta última década são múltiplos, mas vale ressaltar os mais recentes, como a revolta popular no Chile contra a capitalização dos meios de vida (transporte, saúde, educação, habitação) e seu inaccessível crescente à população trabalhadora no “laboratório neoliberal” no Cone Sul; e a luta antirracista nos Estados Unidos, capitaneada pelo movimento Black Lives Matter depois do assassinato de George Floyd, que também exprimiu os contornos do controle espacial que opera o extermínio de pessoas negras em cenas cotidianas da vida urbana. Nesses exemplos, são nítidos os aspectos da forma urbana da luta: concentrações em espaços públicos (centralidades das cidades); paralisação da circulação; queima de prédios públicos (como delegacias, edifícios que simbolizam o controle militarizado e racista dos territórios urbanos); ocupações auto-organizadas nas ruas e bairros; derrubada de estátuas que remontam à dominação colonial e neocolonial que monumentalizam as cidades.

4. Considerações finais

Como se vê, prolongam-se e ramificam-se as raízes urbanas das crises capitalistas e as implicações mútuas que essa natureza histórica compartilha com os conflitos sociais, de

²⁷ ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

²⁸ ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

²⁹ GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

³⁰ ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. *Op. cit.*, p. 26.

modo que se impõe a tarefa permanente de compreendê-las nas suas manifestações e tendências, considerando o urbano como forma específica que determina e é determinada pela luta de classes. Contra a criação destrutiva da mundialização urbana, de uma vida feita à imagem e semelhança de um imenso contingente de trabalho morto edificado, há de pensar num século XXI baseado na estratégia de sua destruição criativa para a possibilidade revolucionária de alargamento do futuro da vida humana. No Brasil, essa estratégia deve ir além de Junho.